

Anderson Sant'Ana Pedra

CURRICULUM VITAE – OBJETIVO:
QUINTO CONSTITUCIONAL – TJEES (2021)

DADOS PESSOAIS:

- OAB/ES nº 9.712
- Nascimento: 09.07.1974
- Natural de Itapemirim/ES
- e-mail: aspedra@andersonpedra.adv.br
- site profissional: andersonpedra.adv.br
- site acadêmico: andersonpedra.com.br

Curriculum completo disponível em:
<http://lattes.cnpq.br/8827737549883515>

FORMAÇÃO ESCOLAR/ACADÊMICA/COMPLEMENTAR

- Ensino fundamental I: Escola Municipal Maria da Glória Nunes Nemer (Marataízes/ES)
- Ensino fundamental II: Escola Estadual Domingos José Martins (Marataízes/ES)
- Ensino Médio: Escola Guimarães Rosa (Cachoeiro do Itapemirim/ES)
- Graduação: Engenharia Mecânica - UFES (não concluído)
- Graduação: Direito - Universidade de Vila Velha (UVV) (2000)
- Especialista em Dir. Público e Proc. Público - Cândido Mendes/Consultime - Vitória/ES (2002)
- Mestre em Relações Privadas e Constituição – FDC/RJ (2004)
- Doutor em Direito do Estado – PUC/SP (2011)
- Formação em Litígio Estratégico de Interesse Público – FGV/SP (2012)
- Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra/POR (concluído em 2014)

ATIVIDADES EXERCIDAS OU INDICAÇÃO EM RAZÃO DA ADVOCACIA (OAB/ES)

- Integrou Lista Tríplice para o TRE/ES (juiz titular) (Edital nº 07/2018)
- Integrou Lista Tríplice para o TRE/ES (juiz titular) (Edital nº 32/2015)
- Membro da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB/ES (2008-2013)
- Membro da Comissão de Advogados Públicos da OAB/ES (2010-2013)
- Membro da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/ES (2010-2013)
- Representante da OAB/ES para participar da prova oral para o cargo de Promotor de Justiça Substituto (2011)
- Representante da OAB/ES para participar da Comissão Capixaba de Discussão da Reformulação da Legislação Eleitoral perante o TRE-ES. (2011)
- Inúmeras palestras e aulas proferidas para a OAB/ES.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL JURÍDICA

- Advogado desde 2001 com atuação em diversos escritórios¹
- Procurador do Estado do Espírito Santo (2007-atual)
- Procurador-Chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGEES (ago/2013 a dez/2013)
- Procurador-Chefe do Centro de Estudos e Informações Jurídicas da PGEES (dez/2011 a jul/2013)
- Diretor da Escola Superior da PGEES (dez/2011 a jul/2013)
- Assessor Especial de Gabinete da PGEES (jan/2011 a dez/2011)
- Coordenador Acadêmico da Escola Superior da PGEES (dez/2008 a dez/2011)
- Chefe da Consultoria Jurídica do TCEES (jan/2004 a nov/2007)
- Consultor Jurídico do TCEES (jan/2002 a jan/2004)

TÍTULOS E HOMENAGENS RECEBIDAS

- Comenda Domingos José Martins (comenda de maior importância concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (2016) em razão dos relevantes serviços prestados ao Estado do Espírito Santo)
- Comenda Monsenhor Rômulo Balestrero (comenda concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (2018) em razão de relevantes serviços voltados para ações de promoção do desenvolvimento social.
- Egresso de sucesso (concedida pela Universidade de Vila Velha - 2018)
- Comenda José Maria Pimenta (concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (2019) em razão dos relevantes serviços prestados ao Legislativo estadual)
- Voto de louvor por lançamento do livro "A Jurisdição Constitucional e a Criação do Direito na Atualidade) (Câmara Municipal de Vitória - 2017)
- Cidadão Marataizense (Honraria concedida pelo Poder Executivo do Município de Marataízes)
- Cidadão Castelense (Honraria concedida pela Câmara Municipal de Castelo)
- Comenda Domingos José Martins (concedida pela Câmara Municipal de Itapemirim)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE – MESTRADO/DOCTORADO (professor visitante)

- Faculdade de Direito de Vitória (FDV) – Vitória/ES
Disciplina: Jurisdição Constitucional: condições e limites.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE – MESTRADO (professor colaborador)

- Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória/ES (Gestão Pública)
Disciplina: Direito Administrativo.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE – PÓS-GRADUAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO (professor visitante)

- Faculdade de Direito de Vitória (FDV) – Vitória/ES

¹ Sócio em Dantas Coutinho e Sant'Ana Pedra Advogados; Associado com Luiz Otávio Rodrigues Coelho/Assessoria Jurídica Especializada; Sócio em Daher Forattini, Sant'Ana Pedra Advogados Associados; Sócio em Adriano Rabelo – Advogados; Sócio em Anderson Pedra – Advogados.

Disciplinas: Direito Administrativo e Constitucional.

- Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
Disciplina: Direito Administrativo-Constitucional.
- Escola Superior da Procuradoria Geral do Espírito Santo (ESPGEEES) (ES)
Disciplina: Direito Constitucional e Administrativo
- Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo (ESMAGES) (ES)
Disciplina: Judicialização da saúde e a resolução por métodos alternativos
- Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) (DF)
Disciplina: Gestão administrativa (MBA)
- Faculdade CERS (PE)
Disciplina: Direito Administrativo
- Faculdade Pólis Civitas (PR)
Disciplina: Direito Administrativo
- Faculdade Baiana de Direito (BA)
Disciplina: Direito Administrativo
- Instituto Goiano de Direito (IGD) (GO)
Disciplina: Direito Administrativo
- Universidade de Federal da Bahia – UFBA (BA)
Disciplina: Direito Eleitoral e Constitucional.
- Instituto de Ensino Jurídico *JUSPODIVM* (BA)
Disciplina: Controle das implementações das políticas públicas pelo judiciário.
- Universidade de Tocantins – UNITINS (TO)
Disciplina: Direito Constitucional-Eleitoral e Administrativo.
- Escola da Magistratura Tocantinense (TO)
Disciplina: Direito Administrativo.
- Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso (MT)
Disciplina: Tribunal de Contas: Justiça Comum e Eleitoral
- Centro Universitário de Vila Velha (UVV) (ES)
Disciplina: Direito Administrativo
- Consultime Instituto de Ensino (ES)
Disciplinas: Direito Constitucional e Administrativo.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DOCENTE – GRADUAÇÃO

- Faculdade de Direito de Vitória – FDV (2012 - atual)
Disciplinas: Direito Administrativo e Constitucional.

- Fundação Novo Milênio (2003-2008)
Disciplinas: Direito Administrativo
- Universidade de Vila Velha – UVV (2003-2006)
Disciplinas: Direito Constitucional
- Instituto de Educação do Espírito Santo – FANORTE (2002-2007)
Disciplinas: Direito Administrativo
- União de Educação e Cultura Gildásio Amado – UNESC (2001-2003)
Disciplina: Direito Constitucional e Administrativo

MINISTRANTE DE CURSOS DE CAPACITAÇÃO/TREINAMENTOS DAS SEGUINTE INSTITUIÇÕES

- Escola Superior da Advocacia (OAB/RJ)
- Escola Superior da Advocacia (OAB/PE)
- Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado – ESPGEES
- Escola de Administração Fazendária – ESAF
- Escola de Serviço Público do Estado do Espírito Santo – ESESP
- Escola da Advocacia Geral da União – AGU
- Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU
- Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MPEES
- Escola de Contas Públicas – TCEES
- Escola do Legislativo – ALEES
- Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso
- Escola de Serviço Público do Estado de Pernambuco
- Escola da Magistratura Tocantinense
- Centro de Estudos Jurídicos da PGE-AM

PUBLICAÇÕES

Livros:

PEDRA, Anderson Sant’Ana; SILVA, Rodrigo Monteiro da. *Improbidade administrativa*. Salvador: JusPodivm, 2019.

PEDRA, Anderson Sant’Ana. *A jurisdição constitucional e a criação do direito na atualidade: condições e limites*. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

_____. *O controle da proporcionalidade dos atos legislativos: a hermenêutica constitucional como instrumento*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

Capítulos de Livros:

PEDRA, Anderson Sant'Ana. Princípios, impugnação e recursos. In: FORTINI, Cristiana; OLIVEIRA, Rafael Sérgio de; CAMARÃO, Tatiana. (Coords.). *Comentários à lei de licitação e contratos administrativos*. Belo Horizonte: Fórum. No Prelo.

PEDRA, Anderson Sant'Ana. Reequilíbrio do contrato administrativo em tempos de crise. In: FERNANDES, Ana Luiza Jacoby; JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. (Coord.). *Direito provisório ESPIN – COVID 19: soluções para temas polêmicos*. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

_____; TORRES, Ronny Charles Lopes de. O papel da assessoria jurídica na nova lei de licitações e contratos administrativos. In: BELÉM, Bruno; CARVALHO, Matheus; TORRES, Ronny Charles Lopes de. (Coord.). *Temas controversos da nova lei de licitações e contratos*. São Paulo: JusPodivm, 2021.

_____. Provocações sobre a Lei nº 14.133/2021. In: FORTINI, Cristina; OLIVEIRA, Rafael Sérgio Lima de; CAMARÃO, Tatiana. (Coord.). *Nova lei de licitações: destaques importantes*. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

_____. Irregularidades/Sanções. In: ELIAS, Aline de Oliveira; SILVA, Araune Cordeiro de A. D. da. (Org.). *Todas as respostas sobre a nova lei de licitações e contratos: coletânea de entrevistas com os maiores especialistas de licitações e contratos*. Curitiba: Negócios Públicos, 2021.

_____; TORRES, Ronny Charles Lopes de. O regime sancionatório na nova lei de licitações. In: BELÉM, Bruno; CARVALHO, Matheus; TORRES, Ronny Charles Lopes de. (Coord.). *Temas controversos da nova lei de licitações e contratos*. São Paulo: JusPodivm, 2021.

_____; TORRES, Ronny Charles Lopes de. Contrato administrativo e as câmaras de prevenção e resolução de conflitos: a necessária consensualidade em tempos de crise. In: MENDONÇA, André Luiz de Almeida; BATISTA JR., Onofre Alves; RIBEIRO, Rodrigo Araújo; CASTRO, Sérgio Pessoa de Paula (Coord.). *O novo papel da advocacia pública consultiva no século XXI*. São Paulo: D'Plácido, 2020.

_____. A criação do direito pela justiça eleitoral e o princípio da anualidade. In: FUX, Luiz; PEREIRA, Luiz Fernando Casagrande; AGRA, Walber de Moura. (Coord.). *Tratado de direito eleitoral*. Belo Horizonte: Fórum, 2018. v. I.

_____; Adriano Sant'Ana. Trabalho escravo e vedação de retrocesso: uma abordagem da jurisprudência do STF. In: ROCHA, Cláudio Jannotti da; PORTO, Lorena Vasconcelos; BORSIO, Marcelo Fernando; MELO, Raimundo Simão de. *Segurança social e meio ambiente do trabalho: direitos humanos nas relações sociais*. Belo Horizonte: RTM. 2018.

_____; ALVES, Alexandre Nogueira. O Senado Federal, a competência legislativa concorrente e os interesses dos governos estaduais no processo legislativo: normas gerais versus normas específicas numa federação. In: BATISTA JR., Onofre Alves. *O federalismo na visão dos estados*. Belo Horizonte: Casa do Direito (Letramento). 2018.

_____. Vícios no pregão. In: ZYMLER, Benjamin; JACOBY, Jorge Ulysses; PERCIO, Gabriela; et all. *101 Dicas sobre o pregão*. Curitiba: Negócios Públicos, 2018.

_____. Os danos morais decorrentes da responsabilidade civil do Estado. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; NOHARA, Irene Patrícia. (coords.) *Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito administrativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p. 237-248.

_____. Mutação do objeto contratual na lei das estatais: condições e limites. In: REIS, Luciano Elias; CHIESORIN JR., Laerzio. (coords.) *Lei das empresas estatais: responsabilidade empresarial e o impacto para o desenvolvimento econ mico nacional*. Curitiba: OAB/PR, 2017. p. 37-60.

_____. Sanções administrativas nas contratações públicas. In: TORRES, Ronny Charles L. de. (coord.) *Licitações públicas: homenagem ao jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes*. Curitiba, Negócios Públicos, 2016. p. 385-418.

_____. Licitação internacional. In: TORRES, Ronny Charles L. de. (coord.) *Licitações públicas: homenagem ao jurista Jorge Ulisses Jacoby Fernandes*. Curitiba, Negócios Públicos, 2016. p. 217-238.

_____. COMPRAS PÚBLICAS: estudos, conceitos e infográficos. Curitiba, Negócios Públicos, 2015. Capítulo: *Mutabilidade do objeto dos contratos administrativos condições e limites*.

_____; PAGANI, Juliana F. O. Ensino com pesquisa: os princípios constitucionais e sua interpretação pelos tribunais. In: BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo. (Org.). *Princípios constitucionais e direito   vida: uma experiência integrativa de ensino e pesquisa*. Curitiba: CRV, 2014, v. 1, p. 11-28.

_____; PEDRA, Adriano Sant'Ana. Dever fundamental de pagar tributos, omissão legislativa inconstitucional e deslocamento provisório da competência legislativa. In: BUSSINGER, Elda Coelho de Azevedo. (Org.). *Direitos e deveres fundamentais*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, v. 1, p. 67-78.

_____; _____. A inelegibilidade como consequência da rejeição de contas. In: CO ELHO, Marcus Vinícius Furtado; AGRA, Walber de Moura. (Org.). *Direito eleitoral e democracia: desafios e perspectivas*. Brasília: OAB, 2010, p. 9-39.

_____. (Im)possibilidade do controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas: uma análise da súmula 347 do STF. In: ABELHA, Marcelo; CHEIM JORGE, Flávio.. (Org.). *Direito processual e a administração pública*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/GEN, 2010, p. 17-50.

_____; PEDRA, Adriano Sant'Ana. Das forç s armadas. In: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. (Org.). *Comentários   Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1699-1719.

_____; _____. Da seguranç  pública. In: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura. (Org.). *Comentários   Constituição Federal de 1988*. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1719-1743.

_____. A constitucionalização do direito e o controle do mérito do ato administrativo pelo judiciário. In: AGRA, Walber de Moura; CASTRO, Celso Luiz Braga de; TAVARES, André Ramos. (Org.). *Constitucionalismo: os desafios do terceiro milênio*. Belo Horizonte: Forum, 2008.

_____. A justiça constitucional e seus elementos democráticos na Venezuela. In: TAVARES, André Ramos. (Org.). *Justiça constitucional e democracia na América Latina*. Belo Horizonte: Fórum, 2008, v. 01, p. 319-365.

_____. A habilitação técnico-operacional nas licitações públicas e o princípio da proporcionalidade. In: PEDRA, Adriano Sant Ana. (Org.). *Arquivos de direito público: as transformações do estado brasileiro e as novas perspectivas para o direito público*. São Paulo: Método, 2007, v. 1, p. 83-99.

Artigos:

PEDRA, Anderson Sant'Ana; PÉRCIO, Gabriela Verona. Diretrizes para o controle das contratações públicas em tempos de crise: como deveria ser o amanhã. *Revista Fórum de Contratação e Gestão*, v. 223, p. 9-27, 2020.

_____; GUIMARÃES, Jader Ferreira. Alteração contratual em tempos de crise: standards para a disrupção com o procedimento administrativo da normalidade. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura*, v. 15, p. 195-215, 2020.

_____. Mutabilidade do objeto dos contratos administrativos: conceitos e limites. *Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo*, v. 15, p. 37-55, 2017.

_____. Por uma 'separação de poderes' à brasileira: Constituição de 1988 e a teoria tripartite de Montesquieu: uma conta que não fecha. *Revista Interesse Público*, v. 15, p. 117-141, 2013.

_____. Parâmetros para uma decisão racional em casos de judicialização de políticas públicas. *Revista Brasileira de Direito Público*, v. 41, p. 91-105, 2013.

_____. O tribunal constitucional e o exercício da função legislativa stricto sensu para a efetivação dos direitos fundamentais em decorrência de uma omissão legislativa inconstitucional. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, v. 11, p. 221-256, 2012.

_____. Parâmetros para a verificação da omissão legislativa inconstitucional. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, v. 5, p. 181-209, 2011.

_____. Serviço descoberto por prazo contratual e o pagamento por indenização. *Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo*, v. 11, p. 309-320, 2011.

_____. Pagamento de RPV e considerações acerca do valor total da execução. *Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo*, v. 8, p. 371-382, 2009.

_____. Clonagem humana reprodutiva: uma análise à luz da constituição brasileira de 1988. *Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, v. 32, p. 55-62, 2008.

_____. A habilitação técnica-operacional nas licitações públicas e o princípio da razoabilidade. *Revista Brasileira de Direito Público*, v. 14, p. 125-140, 2006.

_____. A lei de improbidade administrativa e o princípio da proporcionalidade. *Revista Interesse Público*, Porto Alegre, v. 34, p. 75-87, 2005.

_____. Inconstitucionalidade de normas estaduais que versam sobre remuneração de agentes públicos municipais. *Revista Interesse Público*, Porto Alegre, v. 27, p. 187-200, 2004.

_____. Interpretação e aplicabilidade da constituição: em busca de um direito civil constitucional. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 232, p. 177-198, 2003.

_____. Licitação internacional: normas nacionais X normas estrangeiras (uma visão constitucional). *Boletim de Licitações e Contratos*, São Paulo, v. 7, n.XVI, p. 461-472, 2003.

_____. Na defesa de uma democracia participativa. *Fórum Administrativo*, Belo Horizonte, v. 34, n.3, p. 3210-3215, 2003.²

_____. Possibilidade de edição de medidas provisórias pelos municípios. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 230, p. 5-20, 2002.

_____. Os fins sociais da norma e os princípios gerais de direito. *Revista Forense Eletrônica*, v. 372, p. 698-706, 2002.

OUTRAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS

- Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais
- Membro Fundador do Instituto Nacional de Contratações Públicas
- Membro da Rede Governança Brasil
- Colaborador da Revista Interesse Público.
- Ex-Diretor da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo (PGEES).
- Integrante do Conselho Editorial da Revista da PGEES.
- Integrante do Conselho Editorial do Periódico *Depoimentos*.
- Integrante do Conselho Editorial da Revista de Direitos e Garantias Fundamentais.
- Integrante do Conselho Editorial do periódico *Cadernos Camilliani*.

² Este artigo foi utilizado como referencial teórico pelo Senador ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) ao propor a PEC Nº 80/2003 que tinha como conteúdo acrescentar os incisos IV e V no art. 14 da Constituição brasileira de 1988 a fim de admitir na democracia brasileira os institutos da “revogação” e do “veto popular”.

PALESTRAS MAIS RECENTES EM EVENTOS DE REPERCUSSÃO NACIONAL/INTERNACIONAL

- 5ª Conferência Nacional dos Conselhos Federais (2021)
- 8º Contratos Week (2021)
- XVI Congresso Brasileiro de Pregoeiros (2021)
- 3º Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica (2021)
- Congresso Brasileiro de Agentes de Contratação (2021)
- Seminário Nacional de Processo Administrativo Disciplinar (2021)
- Semana Escola da AGU (2021)
- VI Congresso de Direito Administrativo de Florianópolis (2020)
- 14º Pregão Week (2020)
- Diálogo sobre Contratação Pública na Época Pandêmica: Europa-Brasil (2020)
- Encontro Brasil-Portugal: gestão de contratos públicos (2020)
- XV Congresso Brasileiro de Pregoeiros (2020)
- 3º Congresso Pernambucano de Contratações Públicas (2020)
- 4ª Conferência Nacional dos Conselhos Federais (2020)
- 3º Congresso Brasileiro de Governança e Controle (2019)
- XI Seminário Maranhense de Contratações Públicas (2019)
- 4º Seminário do Poder Judiciário de Rondônia (2019)
- 8º Gestão das Cidades: contratações públicas e o desenvolvimento local e regional (2019)
- II Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratações Públicas (2018)
- 5º Contratos Week (2018)
- II Conferência Nacional dos Conselhos Federais (2018)
- XIII Congresso Brasileiro de Pregoeiros (2018)
- Conferência Nacional dos Conselhos Federais (2017)
- Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras Públicas (2017)
- 4º Contratos Week (2017)
- XII Congresso Brasileiro de Pregoeiros (2017)
- II Congresso Brasileiro de Governança Pública e Controle Público (2015)
- Encontro Brasileiro de Compradores Públicos (2015)
- 9º Pregão Week (2015)
- I Congresso Brasileiro de Governança Pública e Controle Público (2015)
- II Seminário Avançado de Processo Administrativo Disciplinar (2015)
- X Congresso Brasileiro de Pregoeiro (2015)
- III Congresso Brasileiro de Concurso Público (2015)
- I Congresso Brasileiro de Governança Pública e Controle Público (2014)
- 1º Encontro de Internacionalização do CONPEDI (2014)
- Colóquio Luso-Brasileiro: direitos e deveres fundamentais (2014)
- IX Fórum de Administradores Públicos: ferramentas de governança (2013)
- Congresso Nacional de Licitações e Contratos (2013)
- 4º Seminário Nacional de Saneamento Ambiental (2013)
- III Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade (2013)

- XXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo (2012)
- III Fórum Estadual de Secretarias Municipais (2012)
- III Fórum Empresarial de Logística e Infraestrutura (2011)
- Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (2011)
- V Encontro Capixaba de Direito do Estado (2011)
- Seminário Nacional sobre licitações e incentivos fiscais (2010)
- V Congresso Brasileiro de Compras Públicas (2010)
- VIII Fórum Brasileiro de Reforma do Estado (2009)
- I Congresso da Advocacia Pública no Espírito Santo (2009)

Vitória/ES, 29 novembro de 2021.



Anderson Sant'Ana Pedra
OAB/ES N° 9.712